

NX Gold S.A.

**Demonstrações Financeiras
encerradas em 31 de dezembro de
2020 e 2019**

Conteúdos

Relatório da administração	3
Parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	5
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas sobre as demonstrações financeiras	11

Relatório da administração

O ano de 2020 sem dúvidas foi marcado pela pandemia da COVID-19, que afetou a maioria das empresas em escala mundial. Direta ou indiretamente todas as empresas tiveram algum impacto em suas operações, seja por interrupções na sua produção, alterações na sua cadeia de suprimentos ou mesmo readequação das suas atividades para mitigar os riscos trazidos por essa pandemia.

Após 2 meses de operações normais em 2020 (janeiro e fevereiro), a partir de março, com o aumento do contágio pelo vírus e pela ação da OMS tratando o vírus como uma pandemia, a empresa precisou tomar uma série de medidas para ajustar suas operações e proporcionar segurança para todos seus funcionários.

As operações de mineração foram consideradas essenciais pelo governo. A empresa passou então a adotar várias ações para assegurar a continuidade das operações: aquisição de testes rápidos, protocolos de testagem e isolamento, aquisição de EPI's específicos, aumento do número de ônibus, escalonamento de horários de turnos, doação de EPIs e testes para a prefeitura, enfim, várias medidas para assegurar o funcionamento normal e com segurança das atividades da empresa.

Paralelamente, de forma a assegurar sua cadeia de suprimentos e a manutenção de suas atividades, a empresa aumentou o estoque de alguns produtos intermediários de maior consumo, bem como captou recursos disponíveis em suas linhas de stand by, de forma a reforçar seu caixa em momentos de incerteza. Felizmente ao final do ano, apesar das dificuldades enfrentadas, a empresa pode manter suas operações normais, sem interrupções, atingindo ao final do ano a produção de 1.145 kg de ouro (equivalentes 36.830 oz), alinhada com seu planejamento realizado ao final de 2019.

O mercado consumidor de ouro mostrou-se bastante aquecido. As incertezas trazidas pela pandemia, associadas a característica do ouro de ativo de proteção aos riscos em momentos de incerteza, fez com que as cotações internacionais alcançassem recordes históricos. Aproveitando as oportunidades do mercado, a empresa alterou seu cliente, passando a concentrar suas vendas com exclusividade para a Coimpa/Umicore, assinado um contrato de 2 anos em melhores condições comerciais. Esse contrato teve início em janeiro de 2020.

Ao longo do ano, os preços do ouro no mercado internacional mantiveram cotações significativamente elevadas. Apesar das dificuldades operacionais e logísticas trazidas pela pandemia, o preço do ouro, juntamente com as cotações do dólar, permitiram que a empresa superasse suas previsões iniciais em termos de faturamento e geração de caixa, alcançando resultados expressivos. Essa performance permitiu que em dezembro a empresa amortizasse suas linhas de empréstimos stand by, captadas durante a pandemia e ainda mantivesse boa liquidez em seu caixa. A empresa não possuía dívidas bancárias ao final de 2020.

Após a descoberta da mina Santo Antonio, que entrou em operação no último trimestre de 2019, a empresa continuou suas pesquisas geológicas para aumento de seus recursos e reservas. De acordo com Technical Report concluído em outubro de 2020, o volume de reservas da Companhia atingiu 7.611 kg de ouro (244.7 Oz) e recursos de 8.394 kg de ouro (269.9 Oz). Esses números permitiram estender a vida útil da empresa para 2026. A continuidade do preço do ouro em

patamar favorável, levou a empresa a projetar significativo aumento de seus gastos em geologia para o exercício de 2021, em budget aprovado pelo conselho ao final de 2020.

A empresa continua atenta as demandas adicionais trazidas pela pandemia, cujos efeitos infelizmente se estendem por períodos maiores do que os inicialmente imaginados pelo governo e sociedade em geral. Nossas ações continuam sendo pautadas por 3 pontos: segurança dos nossos funcionários e prestadores de serviços; continuidade de nossas operações; preservação do nosso caixa. E continuamos seguindo nosso planejamento com a execução de ações de mitigação dos riscos, o que tem nos permitido crescer nossas operações mesmo em um cenário bastante adverso.

Agradecemos o apoio dos nossos acionistas, a dedicação e comprometimento de nossos funcionários, e a parceria de nossos fornecedores e de nosso cliente. Com certeza essas ações combinadas nos ajudaram a passar com sucesso por um ano atípico e bastante desafiador.



Auditores Independentes

Av. Tancredo Neves, 2.539, 23º andar

Salas 2.308 a 2.312 - Caminho das Árvores

Edifício CEO Salvador Shopping- Torre Londres

41820-021 - Salvador/BA - Brasil

Caixa Postal 5799 - CEP 41820-970 - Salvador/BA - Brasil

Telefone +55 (71) 3273-7350

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Diretores da

NX GOLD S.A

Jaguarari - BA

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da NX GOLD S.A. (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da NX GOLD S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de

apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Salvador, 11 de junho de 2021

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7



Douglas Lobosco Morette
Contador CRC SP-250829/O-0

NX Gold S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de Dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	104.148	23	Fornecedores	14	12.976	13.291
Contas a receber de clientes	8	12.303	120	Empréstimos e financiamentos	15	-	2.701
Estoques	9	29.107	21.556	Salários, encargos e contribuições sociais	16	5.686	4.671
Impostos a recuperar	10	15.269	10.910	Obrigações tributárias	17	13.034	5.228
Outros créditos e despesas antecipadas	11	2.980	4.334	Participação nos resultados	18	4.023	2.980
Total do ativo circulante		163.807	36.943	Dividendos a pagar	22.c	29.101	1.154
Não circulante				Parcelamentos de débitos tributários	19	655	655
Aplicações financeiras	12	11	693	Outras contas a pagar		225	-
Depósitos judiciais	21.c	453	786	Passivos de Arrendamentos		3.975	4.625
Ativo fiscal diferido	28.c	3.742	2.170	Total do passivo circulante		69.675	35.305
Empréstimos com empresas ligadas	27	-	7.572	Não circulante			
Imobilizado	13	263.131	222.583	Participação nos resultados	18	1.366	1.304
Intangível	13.ii	318	24	Parcelamentos de débitos tributários	19	1.112	1.767
Total do ativo não circulante		267.655	233.828	Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	20	19.646	23.729
				Provisão para perdas com processos judiciais	21.a	1.469	2.225
				Passivos de Arrendamentos		892	1.011
				Derivativos	30	4.356	-
				Total do passivo não circulante		28.841	30.036
				Patrimônio líquido			
				Capital social	22.a	171.062	171.062
				Lucros acumulados		161.884	34.368
				Total do patrimônio líquido		332.946	205.430
Total do ativo		431.462	270.771	Total do passivo e patrimônio líquido		431.462	270.771

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	Nota	2020	2019
Receita operacional líquida	23	325.710	152.450
Custo das vendas	24	<u>(118.643)</u>	<u>(95.338)</u>
Lucro bruto		<u>207.067</u>	<u>57.112</u>
Despesas com vendas	24	(2.152)	-
Despesas gerais e administrativas	24	(9.579)	(8.607)
Outras receitas	25	8.982	161.887
Outras despesas	25	<u>(10.275)</u>	<u>(3.732)</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras e impostos		<u>194.043</u>	<u>206.660</u>
Receitas financeiras	26	11.890	795
Despesas financeiras	26	<u>(28.548)</u>	<u>(5.919)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(16.658)</u>	<u>(5.124)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>177.385</u>	<u>201.536</u>
Imposto de renda e contribuição social Corrente	28.a	(23.495)	(7.867)
Imposto de renda e contribuição social Diferido	28.a	<u>1.572</u>	<u>2.170</u>
Lucro líquido do exercício	29	<u>155.462</u>	<u>195.839</u>
Resultado por ação			
Resultado por ação - básico e diluído (em R\$)		<u>0,078</u>	<u>0,098</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	155.462	195.839
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total	<u>155.462</u>	<u>195.839</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reservas			(Prejuízos)/Lucros acumulados	Total
		Legal	Expansão	Incentivos fiscais		
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>171.062</u>	<u>-</u>	<u>2.130</u>	<u>18.999</u>	<u>(181.893)</u>	<u>10.298</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	195.839	195.839
Reserva legal	22.b	697	-	-	(697)	-
Dividendos	22.c	-	-	-	(1.154)	(1.154)
Proposta de constituição de reserva para Expansão (Retenção de Lucros)	-	-	3.463	-	(3.463)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM	22.b	-	-	9.079	(8.632)	447
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>171.062</u>	<u>697</u>	<u>5.593</u>	<u>28.078</u>	<u>-</u>	<u>205.430</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	155.462	155.462
Reserva legal	22.b	7.773	-	-	(7.773)	-
Dividendos	22.c	-	-	-	(27.946)	(27.946)
Constituição de reserva para Expansão	-	-	83.839	-	(83.839)	-
Constituição de reserva de incentivo fiscal - SUDAM	22.b	-	-	35.904	(35.904)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>171.062</u>	<u>8.470</u>	<u>89.432</u>	<u>63.982</u>	<u>-</u>	<u>332.946</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NX Gold S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Em milhares de Reais)

	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	155.462	195.839
Ajustes para:		
Depreciação, amortização e exaustão	28.541	11.302
Baixa de ativo imobilizado	6.672	752
Créditos de Pis e Cofins - extemporâneos	(6.873)	-
Provisão para perdas em processos judiciais	(756)	496
Provisão para perdas em estoques	(42)	691
Provisão perda do valor recuperável de ativo imobilizado	-	(153.893)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(1.573)	(2.170)
Imposto de renda e contribuição social corrente	23.496	7.867
Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos	1.368	5.901
Juros sobre arrendamentos	460	483
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	13.720	(777)
	<u>220.474</u>	<u>66.491</u>
Variações em:		
Contas a receber de clientes	(12.183)	268
Estoques	(4.115)	(4.559)
Impostos a recuperar	(8.985)	(4.754)
Outros créditos e despesas antecipadas	1.354	(1.347)
Depósitos judiciais	333	(23)
Fornecedores	(216)	4.379
Salários, encargos e contribuições sociais	1.016	801
Obrigações tributárias	4.315	(7.564)
Bônus a empregados	1.105	(421)
Outras contas a pagar	225	(107)
Gastos com recuperação ambiental e desmobilização de ativos	(3.061)	(2.282)
	<u>200.260</u>	<u>50.883</u>
Caixa líquido gerado pelas operações	200.260	50.883
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(9.257)	(3.242)
Juros pagos	(1.076)	(109)
	<u>189.927</u>	<u>47.532</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>189.927</u>	<u>47.532</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Adições ao imobilizado e intangível	(74.914)	(46.047)
	<u>(74.914)</u>	<u>(46.047)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	<u>(74.914)</u>	<u>(46.047)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Empréstimos com empresa ligada, líquidos	7.572	2.745
Recursos provenientes de empréstimos e financiamentos e debêntures	27.355	13.950
Amortização de empréstimos e financiamentos	(29.955)	(11.761)
Pagamento de arrendamentos	(8.323)	(5.132)
Outras receitas/despesas financeiras	(7.537)	(1.372)
	<u>(10.888)</u>	<u>(1.570)</u>
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	<u>(10.888)</u>	<u>(1.570)</u>
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	104.125	(86)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	23	109
	<u>104.148</u>	<u>23</u>
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	<u>104.148</u>	<u>23</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A NX Gold SA (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Niemeyer 2, Sala 208, parte, Rio de Janeiro. A Companhia possui uma filial na cidade de Nova Xavantina, Mato Grosso, onde está localizada a mina subterrânea. Sua atividade predominante é a exploração e comercialização de ouro e prata (subproduto).

A NX Gold possui uma propriedade de aproximadamente 31.716,2 ha, localizada aproximadamente a 18 quilômetros a oeste da cidade de Nova Xavantina, sudeste do estado de Mato Grosso, consistindo de uma única concessão de mineração cobrindo uma área de 620 ha, onde toda mineração e processamento de ouro ocorrem.

a. Crise sanitária (COVID-19)

O avanço do novo coronavírus (“COVID-19”) pelo mundo tem provocado abalos nos mercados globais e elevado as preocupações de investidores, Companhias e governos sobre o impacto da pandemia nas cadeias globais de suprimentos, na atividade econômica, no mercado financeiro e afins, aumentando o risco de uma recessão global, sem mencionar também as preocupações envolvendo as questões básicas de saúde da população mundial.

Durante o período do primeiro trimestre, não houve nenhuma perda de produção ou redução das vendas decorrentes do Corona Virus. A empresa tem dotado medidas para aumento de sua liquidez, revisão de projetos de investimentos e aquisição de estoques estratégicos para maior segurança na continuidade de sua operação. Todas as ações têm sido direcionadas baseadas no seguinte tripé: garantia da saúde dos funcionários, famílias e comunidade, garantia da produção e preservação do caixa. Algumas ações para atendimento dessa estratégia demandaram gastos adicionais (maior número de ônibus para transporte de funcionários, aquisição de novos EPIS, doações de EPIs e outros insumos para as prefeituras na área de atuação da empresa), porém não representam valores significativos e estão identificados em conta própria na contabilidade

Não teve alterações nos custos de forma relevante para o período de eventos subsequentes. A produção do período não sofreu alterações nem apresentou problemas em relação ao planejamento constante no Budget e aprovado pelo conselho. O minério lavrado continua vindo da principal Mina Santo Antônio.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 11 de junho de 2021.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia, incluindo as mudanças, estão apresentadas na nota explicativa 5 e nota explicativa 6.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis do Grupo e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2020 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo ano fiscal estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 20** - reconhecimento e mensuração de provisões para recuperação ambiental e desmobilização; premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e
- **Nota 21** - reconhecimento e mensuração de provisão e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude de uma saída de recursos; e
- **Nota 28** - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;

Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação, da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que sejam observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivativos de preços); e

Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não se baseiem em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos podem ser encontradas na Nota Explicativa nº 30 - Instrumentos financeiros.

5 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou consistentemente as seguintes políticas contábeis a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras, exceto quando de outra forma explicado.

a. Receita

A receita é mensurada com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente, conforme determina o CPC 47/IFRS15. A Companhia reconhece a receita quando transfere o controle sobre o produto ou serviço ao cliente.

As receitas estão sujeitas ao CFEM, pelas alíquotas vigentes na legislação específica para cada imposto e são registradas como redução da receita operacional bruta. Esses tributos são incluídos na receita operacional bruta e apresentados como uma dedução separada para fins de divulgação para reconciliar a receita líquida reconhecida na demonstração do resultado.

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber, líquida de devoluções, descontos comerciais e bonificações. A receita operacional é reconhecida quando (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador, (ii) for provável que os benefícios econômicos-financeiros fluirão para a Companhia, (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias puderem ser estimados de maneira confiável, (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos, (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável. O momento correto da transferência de riscos e benefícios varia dependendo das condições individuais do contrato de venda.

b. Subvenções governamentais

Os incentivos fiscais são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício e confrontados com a despesa que se pretende compensar, desde que atendidas as condições da IAS (Norma Internacional de Contabilidade) 20 - Subvenção e Assistência governamentais.

(i) Incentivo da SUDAM - Lucro da exploração

Em 11 de dezembro de 2015 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% para a alíquota do imposto de renda, previamente concedida à sua coligada MINERAÇÃO CARAÍBA S.A. para os exercícios de 2013 a 2022, para a produção de ouro e prata.

c. Receitas e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras incluem: ganhos com derivativos; ganhos com aplicações financeiras; variação cambial sobre importações e outras receitas.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas na demonstração do resultado, através do método da taxa de juros efetiva.

d. Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moeda estrangeira na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

e. Benefícios a empregados

Os benefícios a empregados de curto prazo são reconhecidos como despesa à medida que o respectivo serviço é prestado. É reconhecido um passivo pelo valor que se espera que seja pago se a Companhia tiver uma obrigação presente, legal ou construtiva, de pagar esse valor em resultado do serviço passado prestado pelo empregado e se a obrigação puder ser estimada com confiabilidade.

f. Impostos sobre o lucro

O imposto de renda e a contribuição social dos exercícios social corrente e diferido são calculados com base em alíquotas de 15% mais o adicional de 10% sobre o lucro tributável superior a R\$ 240,00 de imposto de renda e 9% do lucro tributável da contribuição social sobre o lucro líquido, observando-se a compensação de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa da contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável. Conforme explicado na nota 6.b.i e nota 28.c, a Companhia tem um Incentivo SUDAM sobre o Imposto de renda.

(i) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro tributável ou prejuízo do exercício e qualquer ajuste nos impostos a pagar ou a recuperar com relação aos exercícios anteriores. O valor do imposto corrente a pagar ou a recuperar é mensurado pela melhor estimativa do valor de imposto que se espera pagar ou recuperar, correspondente à incerteza relativa aos impostos de renda, se houver. Ele é mensurado com base nas alíquotas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data da apresentação.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se atendidos determinados critérios.

(ii) Imposto diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;
- diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, incluindo possíveis benefícios fiscais sobre o imposto de renda, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

g. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição ou produção e inclui os custos incorridos na aquisição de insumos, custos de produção e processamento e outros custos incorridos para colocar os estoques em seu local e condição existentes. No caso de estoques de produção e de trabalhos em curso, o custo inclui uma parte apropriada dos gastos gerais de produção com base na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas de venda.

As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela administração.

h. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Os ativos imobilizados são mensurados pelo custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, deduzidos da depreciação e exaustão acumuladas e eventuais perdas acumuladas do valor recuperável.

O custo inclui gastos diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e implementar as condições necessárias para operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde esses ativos estão instalados e os custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

(ii) Custos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente se for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluirão para a Companhia.

(iii) Custo de remoção de estéril

Onde as atividades de remoção de estéril na etapa de produção ou de desenvolvimento subterrâneo não resultam em estoque produzido, mas fornece melhor acesso ao corpo de minério, os custos são classificados como propriedades minerais quando essas atividades atendem a todos os seguintes critérios: (1) é provável que o benefício econômico futuro associado à atividade fluirá para a Companhia; (2) a Companhia pode estimar a reserva mineral do corpo de minério para o qual o acesso foi melhorado; e (3) os custos relacionados com a atividade associada a essa reserva mineral pode ser medida de forma confiável.

Para minas subterrâneas, os custos incorridos para acessar uma reserva mineral do corpo do minério são capitalizados para jazidas. Esses custos são exauridos com base em unidades de produção durante a vida útil da reserva mineral para a qual o acesso foi construído.

(iv) Recuperação ambiental e custos de desmobilização

Os custos esperados de recuperação ambiental da mina e os custos de desativação são capitalizados, com base no valor presente dos fluxos de caixa esperados.

(v) Propriedades minerais

Os custos de exploração e avaliação são transferidos do Intangível para o Imobilizado quando a exploração e avaliação de um bem mineral é considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros são prováveis e a Companhia tem a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo. Uma vez em produção, as propriedades minerais são amortizadas com base na unidade de produção em relação ao componente do corpo de minério a que estão relacionadas.

(vi) Depreciação e exaustão

Itens do ativo imobilizado mineral são depreciados pelo método linear no resultado com base na vida útil econômica estimada de cada componente, exceto os custos de recuperação ambiental e de desativação e propriedades minerais. Os terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para os anos correntes e comparativos são as seguintes:

	Anos
Edifícios	22
Instalações	7
Equipamentos	4-5
Propriedades minerais	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	6 Anos

A exaustão de recuperação ambiental e desmobilização de jazidas de minérios é apurada com base no quociente entre a produção e o total de reservas de minérios comprovadas e prováveis.

i. Ativos intangíveis

(i) Ativos de exploração e avaliação

Os custos de exploração e avaliação referem-se à pesquisa inicial de um depósito mineral, o custo de aquisição de direito de exploração mineral e subsequente avaliação para determinar o potencial do depósito mineral. A etapa de exploração e avaliação começa quando a Companhia obtém o direito legal ou a licença para iniciar a exploração, subsequentemente as despesas de exploração e avaliação são capitalizadas como ativos de exploração e avaliação. Custos incorridos antes da Companhia obter os direitos legal sobre a mina são despesados imediatamente. As despesas de exploração e avaliação são capitalizadas ao custo de aquisição de acordo com a IFRS 6.

Quando a exploração e avaliação de propriedade mineral for considerada técnica e comercialmente viável, os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para completar o desenvolvimento e uso ou vender o ativo, os custos relacionados são transferidos do ativo intangível para o ativo imobilizado como propriedades minerais.

Os ativos de exploração e avaliação são submetidos periodicamente a teste de redução ao valor recuperável.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e têm vidas úteis finitas são mensurados ao custo, menos a amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. São representados por programas e licenças com uma vida útil aproximada de 5 anos.

j. Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos Ativos da Companhia.

Os Ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor.

Ativos financeiros – avaliação sobre os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros.

Para fins dessa avaliação, o ‘principal’ é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os ‘juros’ são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa; e
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; e
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa não possui instrumentos financeiros de VJORA, assim como instrumentos de dívida e patrimônias a VJORA

A Companhia classificou os ativos financeiros nas categorias de ativos financeiros a VJR e a custo amortizado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

k. *Redução ao valor recuperável (Impairment)*

(i) *Ativos não financeiro*

Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia (ou seja, estoques e ativos fiscais diferidos) são revistos em cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

No caso de ativos em desenvolvimento (ativos de exploração e avaliação) que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado todo ano, próximo à data de apresentação.

A fim de testar o valor recuperável, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos que gera entradas de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa (UGCs).

O valor recuperável de um ativo ou de uma UGC é o maior dentre o seu valor em uso e o valor justo deduzido de despesas de venda. O valor em uso baseia-se nos fluxos de caixa futuros descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflita as avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo ou de uma UGC exceda seu valor recuperável. Perdas de valor são calculadas como a diferença entre o valor contábil de um ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. Perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectivas realistas de recuperação do ativo, os valores relativos são baixados. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e a diminuição puder ser relacionada com objetividade a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, então a perda por redução ao valor recuperável previamente reconhecida é revertida por meio do resultado. Conforme demonstrado na nota explicativa 14, no ano de 2019 a companhia reverteu os valores referentes a UGC, considerando as premissas adotadas, assim como taxas de desconto de acordo com as práticas de mercado.

I. Provisões

As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira.

(i) Participação nos resultados

Reconhecido no balanço patrimonial pelo montante calculado da exigibilidade quando a Companhia gera certas metas predefinidas que são atingidas.

(ii) Recuperação ambiental e desmobilização de ativos

Obrigação constituída a partir de laudo técnico preparado por um terceiro avaliador considerando o valor presente dos custos a serem incorridos para desmobilização da mina. A contrapartida dessa obrigação é um ativo imobilizado que vem sendo amortizado de acordo com a exaustão das reservas minerais existentes.

(iii) Perdas com processos judiciais

Provisão reconhecida quando a Companhia tem uma obrigação presumida ou legal que possa ser estimada de modo confiável em decorrência de evento passado, e é provável que um dispêndio financeiro seja requerido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido e dos fluxos de caixa futuros esperados. Uma provisão para perdas com processos judiciais é registrada mediante a avaliação e quantificação de ações judiciais cuja perda seja considerada provável na opinião da Administração e de seus advogados.

6 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2020. A Companhia não adotou essas normas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

(i) Contratos Onerosos – custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez.

(ii) Reforma da taxa de juros de referência - Fase 2 (alterações ao CPC48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16)

As alterações tratam de questões que podem afetar as demonstrações financeiras como resultado da reforma da taxa de juros de referência, incluindo os efeitos de mudanças nos fluxos de caixa contratuais ou relações de hedge decorrentes da substituição da taxa de juros de referência por uma taxa de referência alternativa. As alterações fornecem expediente prático para certos requisitos do CPC 48/IFRS 9, CPC 38/IAS 39, CPC 40/IFRS 7, CPC 11/IFRS 4 e CPC 06/IFRS 16 relacionados a: - mudanças na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros, passivos financeiros e passivos de arrendamento; e - contabilidade de hedge.

(i) Mudança na base para determinação dos fluxos de caixa

As alterações exigirão que uma entidade contabilize a alteração na base de determinação dos fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência atualizando a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro.

(ii) Contabilidade de hedge

As alterações fornecem exceções aos requerimentos de contabilidade de hedge nas seguintes áreas:

- Permitir a alteração da designação de uma relação de hedge para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma.
- Quando um item objeto de hedge em um hedge de fluxo de caixa é alterado para refletir as mudanças exigidas pela reforma, o valor acumulado na reserva de hedge de fluxo de caixa será considerado com base na taxa de referência alternativa na qual os fluxos de caixa futuros objeto de hedge estão determinados.
- Quando um grupo de itens é designado como um item objeto de hedge e um item do grupo é alterado para refletir as mudanças que são exigidas pela reforma, os itens objeto de hedge são alocados a subgrupos com base nas taxas de referência que estão sendo objeto de hedge.
- Se uma entidade espera razoavelmente que uma taxa de referência alternativa será separadamente identificável dentro de um período de 24 meses, ela não está proibida de designar a taxa como um componente de risco não contratualmente especificado se não for separadamente identificável na data de designação.

Outras normas ou interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia:

- Concessões de aluguel relacionadas à COVID-19 (alteração ao CPC 06/IFRS 16) 60
- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27/IAS 16).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15/IFRS 3).
- Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (Alterações ao CPC 26/IAS 1).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019
Saldos bancários	535	23
Aplicações de curto prazo (a)	<u>103.613</u>	<u>-</u>
	<u>104.148</u>	<u>23</u>

- (a) Referem-se a certificados de depósito, remunerados a taxas que variam entre 75% e 118% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), de alta liquidez, com vencimento de até três meses ou para os quais não há penalidades ou outras restrições para resgate antecipado.

A elevação do caixa em 2020 ocorreu pelo aumento significativo no preço do ouro e do câmbio, tendo a produção também ficado acima em 17% comparado com o ano de 2019.

A exposição da Companhia aos riscos de crédito e de taxa de juros está divulgada na nota explicativa nº 30.

8 Contas a receber de clientes

	2020	2019
Coimpa Industrial Ltda	12.301	-
Outras contas a receber	<u>2</u>	<u>120</u>
	<u>12.303</u>	<u>120</u>

A NX Gold, concentra o seu contas a receber em um único cliente, a COIMPA Industrial Ltda.

A exposição da Companhia a riscos de crédito relacionados a transações e outros recebíveis encontra-se divulgada na Nota Explicativa 30.b.

Nenhuma provisão para perdas de crédito esperadas foi constituída em 31 de dezembro de 2020 e 2019. Nesta análise a empresa realizou análises específicas de risco para os clientes individualmente, o que resultou em perdas de créditos imateriais.

9 Estoques

	2020	2019
Produtos acabados	5.523	3.096
Insumos de produção (a)	25.345	19.913
Importação em andamento	<u>14</u>	<u>364</u>
	30.882	23.373
(-) Provisão para redução ao valor recuperável	<u>(1.775)</u>	<u>(1.817)</u>
	<u>29.107</u>	<u>21.556</u>

- (a) A composição do item de insumos de produção é formada pelo custo de aquisição de explosivos, esferas de aço, reagentes, óleo diesel, dentre outros, para uso no processo de exploração e processamento de ouro.

A provisão para redução ao valor recuperável representa insumos de produção e/ou de baixa movimentação na base de apresentação destas demonstrações financeiras, conforme abaixo:

Saldo em 31/12/2019	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2020
(1.817)	(81)	123	(1.775)

10 Impostos a recuperar

	2020	2019
PIS a recuperar (a)	2.344	2.404
COFINS a recuperar (a)	9.970	5.699
IRRF sobre aplicação financeira	100	15
ICMS a recuperar	777	338
IRPJ a recuperar	807	581
CSLL a recuperar	358	999
IPI a recuperar (b)	913	459
Outros	-	415
	<u>15.269</u>	<u>10.910</u>

- (a) Por ser principalmente uma empresa exportadora, a Companhia vem acumulando PIS, COFINS, que são realizáveis, por meio de compensação com outros impostos federais ou reembolso. Esses créditos são provenientes das aquisições de insumos e serviços ligados diretamente a produção. Houve também um aumento desse crédito devido a recuperação de créditos extemporâneos compreendidos no valor aproximado de R\$ 5 milhões.
- (b) A Companhia está verificando a possibilidade de utilizar os créditos de IPI para compensar os impostos federais.

a. Créditos tributários

Em 2020, a Companhia realizou levantamento de oportunidades de economia tributária, com foco na oportunidade em documentos fiscais de aquisição, nas despesas incorridas, nas apurações e obrigações acessórias, além das demonstrações e documentos contábeis, relativos ao controle de créditos de débitos do Pis e da COFINS da companhia, em conjunto com uma análise detalhada do processo produtivo, com o propósito de apontar eventuais despesas que, à luz da legislação federal, LEI Nº 10.637/2002 e Lei nº 10.833/2003, empregando-se também dos conceitos trazidos recentes julgados dos Tribunais Regionais Federais e superiores, das decisões exaradas pelo CARF e dos posicionamentos da RFB e da PGFN, que poderiam ter créditos apropriados relativos as contribuições em questão.

A revisão compreendeu o período de Janeiro/2016 a Novembro/2020, em Novembro/2020 a companhia registrou os seguintes créditos tributários:

Revisão Fiscal 2020	2020	2019
PIS	1.226	810
COFINS	<u>5.647</u>	<u>3.729</u>
	<u>6.873</u>	<u>4.539</u>

b. Utilização dos créditos tributários

A Companhia realizou a análise de recuperação dos créditos tributários e classificou os créditos em curto com a expectativa de realização. Os créditos tributários descritos na nota (a) acima, foram realizados mediante a compensação com impostos federais.

11 Outros créditos e despesas pagas antecipadamente

	2020	2019
Adiantamento a fornecedores	900	813
Despesas pagas antecipadamente	401	942
Adiantamentos para empregados (a)	1.552	841
Seguros	127	1.738
	<u>2.980</u>	<u>4.334</u>

(a) Referente a adiantamento de uma remuneração a título de participação nos resultados.

12 Investimentos

	2020	2019
Aplicação CDI – Banco da Amazônia – reinvestimento (a)	-	682
Outros	11	11
	<u>11</u>	<u>693</u>

(a) Em 2019 a Companhia fez uso de um benefício fiscal por meio de uma aplicação financeira na qual 30% do IR devido no período pode ser utilizado para investimento em ativos fixos da empresa e este valor depositado retornaria para a Companhia no futuro. As aplicações financeiras listadas acima são atualizadas com base na Taxa Extramercado do Banco Central (em torno de 95% da SELIC).

13 Imobilizado

a. Conciliação dos valores contábeis

	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Jazidas	Recuperação ambiental e desmobilização	Projetos em andamento	Outros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2018	274	272	222	6.091	13	18.789	28	25.689
Reconhecimento ativo direito de uso na aplicação inicial - CPC 06(R2)/IFRS 16	-	36	5.455	-	-	-	-	5.491
Saldo Ajustado CPC 06(R2)/IFRS16 1º de janeiro de 2019	274	308	5.677	6.091	13	18.789	28	31.180
Adições	-	-	3.394	20.729	1.886	21.242	-	47.251
Alienações	-	-	(768)	-	-	-	-	(768)
Transferências	6	601	7.595	30.863	-	(39.065)	-	-
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	2.029	56.902	23.586	59.263	12.077	-	90	153.947
Depreciação	-	(5)	(926)	(8.096)	-	-	-	(9.027)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.309	57.806	38.558	108.850	13.976	966	118	222.583
Custos	2.309	67.288	63.625	179.499	16.483	966	2.012	332.182
Depreciação acumulada	-	(9.482)	(25.067)	(70.649)	(2.507)	-	(1.894)	(109.599)
Adições	-	32	10.745	34.778	-	29.652	3.746	78.953
Alienações	-	(1.441)	(1.815)	-	(2.391)	(411)	-	(6.058)
Transferências	-	85	3.472	11.164	-	(14.997)	-	(276)
Depreciação	-	(3.090)	(13.948)	(12.829)	(2.204)	-	-	(32.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	2.309	53.392	37.012	141.963	9.381	15.210	3.864	263.131
Custos	2.309	65.964	76.027	225.441	14.092	15.210	5.758	404.801
Depreciação acumulada	-	(12.572)	(39.015)	(83.478)	(4.711)	-	(1.894)	(141.670)

Projetos em andamento são projetos para melhoria de processos operacionais e administrativos. Após a conclusão, os saldos são reclassificados para as contas apropriadas do imobilizado e depreciados ou amortizados com base na vida útil esperada de cada projeto.

(a) Reversão *impairment*

Em 2019, devido a descoberta de novas jazidas de ouro e as favoráveis condições econômicas e financeiras que afetam as estimativas e projeções futuras abaixo mencionadas, a administração da Companhia efetuou estudo de recuperabilidade dos ativos e concluiu pela reversão do *impairment* registrado em 2016. A reversão ocorreu em cada grupo do imobilizado e os saldos são depreciados ou amortizados com base na vida útil esperada de cada projeto.

Em 31 de dezembro de 2019, o impacto da reversão da provisão para redução ao valor recuperável (*impairment*) no montante de R\$ 153.947 está assim demonstrada:

	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Jazidas	Recuperação ambiental e desmobilização	Outros	Total
Reversão das perdas por redução ao valor recuperável	2.029	56.902	23.586	59.263	12.077	90	153.947

Em 2020 o valor recuperável desta UGC foi calculado baseado no valor em uso dos ativos, estimados com base em fluxos de caixa descontados.

As principais premissas utilizadas para estimar o valor em uso estão definidas a seguir. Os valores atribuídos às principais premissas representam a avaliação de tendências futuras da Administração em setores relevantes e foram baseadas em dados históricos de fontes internas e externas.

A taxa de desconto de 9,5% foi estimada pela taxa média ponderada histórica do custo de capital em que a UGC opera.

As projeções do fluxo de caixa incluíram estimativas específicas para 6 anos, equivalente a expectativa de vida útil da mina.

O LAJIDA (EBITDA) projetado foi estimado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores:

- O crescimento da receita foi projetado levando-se em consideração o plano de lavra da companhia, devidamente comprovado por meio de laudos técnicos realizados por empresas especializadas;
- As projeções de valores de venda de ouro, cotados em dólares americanos, bem como a cotação do dólar utilizados, foram obtidos por meio dos sites: <https://br.investing.com/> e <https://shockmetais.com.br/lme;>
- Foram considerados os dispêndios com: gastos com produção (remuneração, materiais, manutenção), amortização e depreciação e gastos administrativos;

- Os impostos sobre a renda foram calculados com base no regime de tributação do lucro real, consideradas as alíquotas vigentes de 25% e 9% para imposto de renda e contribuição social, respectivamente, além do benefício fiscal que a Companhia possui SUDAM, o que permite a redução de 75% do IR pago; e
- Projeta-se uma variação de capital de R\$ 3.390

b. Revisão da vida útil

Levando em consideração a relevância do ativo imobilizado em relação às demonstrações contábeis como um todo, a Companhia avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2020.

Abaixo, o quadro demonstra quais as vidas úteis que serão adotadas pela Companhia a partir de 2021:

	Anos
Edifícios	25
Instalações	10
Equipamentos	4-10
Propriedades minerais	Unidades de produção
Recuperação ambiental e desmobilização	6 anos

(i) Contratos de arrendamento

O imobilizado inclui ativos de direito de uso no valor de R\$ 4.756 mil (R\$ 5.491 mil em 2019) relacionados a imóveis e equipamentos arrendados que não atendem à definição de propriedade para investimento e são apresentados como ativo imobilizado.

	Edificações	Equipamentos	Total
Saldo em 1 de janeiro de 2019	-	-	-
Adições a ativos de direito de uso	136	13.414	13.550
Despesa de depreciação do exercício	(79)	(6.446)	(6.525)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	(21)	(1.513)	(1.534)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	36	5.455	5.491
Adições a ativos de direito de uso	32	7.063	7.095
Despesa de depreciação do exercício	(42)	(7.154)	(7.196)
Desreconhecimento de ativos de direito de uso (a)	-	(634)	(634)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	26	4.730	4.756

(a) O desreconhecimento dos ativos de direito de uso durante 2020 se referem principalmente a rescisão de contratos, ocasionados pela mudança de algum procedimento interno na operação, o qual inviabilizou a continuação do uso do mesmo.

(ii) São considerados arrendamentos de curto prazo aqueles com duração inferior a 1 ano. Ativos de baixo valor são aqueles avaliados em menos de R\$ 5.000.

	2020	2019
Juros sobre Arrendamento	460	494
Despesas relacionadas a arrendamentos de curto prazo	199	707
Despesas relacionadas a arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	13	23

(iii) Os Ativos intangíveis compreendem a aquisição de software, em 2020 foi gasto R\$ 276 mil, conforme demonstrado abaixo:

	Programas e Licenças
Saldo em 1 de janeiro de 2019	28
Amortização	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	24
Adições	29
Transferências	276
Amortização	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	318

Custos	573
Amortização acumulada	(255)

14 Fornecedores

	2020	2019
Fornecedores nacionais	12.965	13.291
Fornecedores no exterior	<u>11</u>	<u>-</u>
	<u>12.976</u>	<u>13.291</u>

15 Empréstimos e financiamentos

Descrição	Taxa de juros (anual)	Garantias	Moeda	Data do contrato	Data do vencimento	2020	2019
Fibra Stand-By (a)	0,1404	(i)	BRL	set/19	set/20	<u>-</u>	<u>2.701</u>
						<u>-</u>	<u>2.701</u>

(a) Saldo de R\$ 2,7 milhões utilizados da conta garantida para capital de giro. A cobertura dessa captação foi realizada em 31 de janeiro de 2020

a. Movimentação

O quadro seguinte apresenta o movimento dos saldos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Saldos em 1° de janeiro	2.701	412
Captações	27.355	13.950
Atualizações/juros	975	209
Amortizações principal	(29.955)	(11.761)
Amortizações juros	<u>(1.076)</u>	<u>(109)</u>
Saldos em 31 de dezembro	<u><u>-</u></u>	<u><u>2.701</u></u>

16 Salários, encargos e contribuições sociais

	2020	2019
Provisão para férias	2.430	1.976
Impostos sobre a folha de pagamento	2.028	1.780
Outros	<u>1.228</u>	<u>915</u>
	<u>5.686</u>	<u>4.671</u>

17 Obrigações tributárias

	2020	2019
ICMS	1.075	1.094
IRRF sobre o salário dos empregados	314	251
CFEM	1.063	363
Imposto de renda a pagar	3.750	2.048
Contribuição social a pagar	6.023	971
Outros	<u>809</u>	<u>501</u>
	<u>13.034</u>	<u>5.228</u>

18 Participação nos resultados

A Companhia mantém um plano de participação nos resultados, que é pago a gestores e funcionários mediante alcance de metas preestabelecidas que são definidas com base na aprovação do orçamento pelo conselho de administração, o qual é validado junto ao Sindicato. O quadro a seguir demonstra a movimentação do benefício complementar nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	4.284	4.000
Constituição da provisão do ano	4.210	3.810
Valores pagos referentes ao ano anterior	(3.105)	(3.526)
Saldos em 31 de dezembro	<u>5.389</u>	<u>4.284</u>
Circulante	4.023	2.980
Não circulante	1.366	1.304

19 Parcelamentos de débitos tributários

A Companhia é participante de programas de parcelamento de dívidas fiscais estabelecidos pelo governo federal (CFEM e DCTF), conforme apresentado abaixo.

	Circulante	Não circulante	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	<u>655</u>	<u>2.422</u>	<u>3.077</u>
Amortização	(655)	-	(655)
Transferências	655	(655)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019	<u>655</u>	<u>1.767</u>	<u>2.422</u>
Amortização	(655)	-	(655)
Transferências	655	(655)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>655</u>	<u>1.112</u>	<u>1.767</u>

20 Provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos

A Companhia constitui provisão para recuperação ambiental e desmobilização de ativos com base em laudos de avaliação preparados por terceiros. O último estudo foi realizado em fevereiro de 2017.

Em 2020, a Companhia contratou uma empresa de consultoria ambiental para apresentar a situação atual de fechamento da mina, as quais resultaram em uma redução em sua provisão.

	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2019	Aumento de provisão	Despesas com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2019
Projetos	6,26 %	20.110	5.901	(2.282)	23.729
		<u>20.110</u>	<u>5.901</u>	<u>(2.282)</u>	<u>23.729</u>
	Taxa de desconto	Saldo em 01/01/2020	Aumento de provisão	Despesas com recuperação ambiental	Saldo em 31/12/2020
Projetos	6,26 %	23.729	(1.022)	(3.061)	19.646
		<u>23.729</u>	<u>(1.022)</u>	<u>(3.061)</u>	<u>19.646</u>

A provisão refere-se a custos relacionados ao fechamento da mina e recuperação, com a conclusão das atividades de mineração e desmobilização de ativos relacionados à mina. Quando a provisão é reconhecida, o custo correspondente é capitalizado como parte do imobilizado e é depreciado da mesma forma sobre o ativo relacionado e contabilizado na demonstração do resultado.

O passivo exigível a longo prazo é mensurado posteriormente com o uso de uma taxa de desconto livre de risco a longo prazo aplicável ao passivo e contabilizado na demonstração do resultado como despesas financeiras até que a Companhia efetue os pagamentos relacionados ao fechamento da mina e à desmobilização dos ativos de mineração.

Os valores acumulados dessas obrigações não são deduzidos dos custos prováveis cobertos por seguros ou indenizações.

21 Provisão para perdas com processos judiciais

a. Riscos provisionados

Com base em uma análise individual dos processos administrativos e judiciais contra a Companhia, são mantidas provisões no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2020, no montante de R\$ 1.469 (R\$ 2.225 em 2019), para riscos com perdas trabalhistas (Cíveis R\$ 10), consideradas como prováveis, na avaliação dos seus assessores jurídicos externos.

Natureza: Trabalhista	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	2.225	1.729
Adições	713	1.908
Reversões	<u>(1.469)</u>	<u>(1.412)</u>
Saldo em 31 de dezembro	<u>1.469</u>	<u>2.225</u>

b. Riscos não provisionados

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, existem outros processos em andamento, para os quais, em consonância com as práticas contábeis, não foram constituídas provisões, já que a probabilidade de perda fora classificada como possível, conforme segue:

Natureza	2020	2019
Cível	891	-
Trabalhista	1.038	360
	<u>1.929</u>	<u>360</u>

c. Depósitos judiciais

Em relação às ações anteriormente mencionadas, a Companhia possui depósitos judiciais no montante de R\$ 453 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 786 em 2019).

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 29 de maio de 2020, a ERO Gold Corporation adquiriu 1.956.913.440 ações das respectivas Companhias: Mineração Caraíba 96,63% e ERO Coper Corporation 0,94%, obtendo o controle da Companhia NX Gold com 97,57% do capital social.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 o capital subscrito e integralizado era de R\$ 171.062 composto por 2.005.715.350 ações nominativas, sem valor nominal, conforme demonstrado abaixo:

	<u>2020</u>		<u>2019</u>	
	Quantidade de ações ordinárias	%	Quantidade de ações ordinárias	%
Tugalla B.V.	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Branford Participações	19.091.750	0,95	19.091.750	0,95
Ero Copper Corporation	-	-	18.759.720	0,94
Mineração Caraíba S.A.	-	-	1.938.153.720	96,63
Ero Gold Corporation	1.956.913.440	97,57	-	-
Outros	10.618.410	0,53	10.618.410	0,53
	<u>2.005.715.350</u>	<u>100</u>	<u>2.005.715.350</u>	<u>100</u>

b. Reservas de lucro

Reserva Legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

Incentivos fiscais

Em 11 de dezembro de 2015 a Companhia obteve da SUDAM a prorrogação da redução de 75% na alíquota do imposto de renda relativa aos exercícios de 2013 a 2022, para a produção de ouro e prata.

Esse incentivo fiscal é reconhecido em conta específica no resultado, e após o encerramento do exercício, o incentivo é destinado à constituição de reserva de incentivos fiscais, conforme previsto na legislação societária. Durante o exercício de 2020 o montante do incentivo fiscal foi de R\$ 35.904 (R\$ 9.079 em 2019), conforme demonstrado abaixo:

Exercícios

Acumulado de anos anteriores	18.999
2019	9.079
2020	<u>35.904</u>
	<u>63.982</u>

A partir do momento que a Companhia voltar a apresentar resultados positivos com a consequente distribuição de lucros, esta deverá excluir da base de cálculo do dividendo obrigatório a ser distribuído a parcela de incentivo fiscal acumulado utilizado para fins de compensação de prejuízos, conforme lei nº 12.973/2014.

Reserva de expansão

É destinada à aplicação em investimentos previstos no orçamento de capital para novos projetos relacionados a novas minas, conforme proposta no orçamento previamente aprovado pelo controlador.

Exercícios

Acumulado de anos anteriores	2.130
2019	3.463
2020	<u>83.839</u>
	<u>89.432</u>

c. Dividendos

O Estatuto Social da Companhia prevê um dividendo mínimo obrigatório de 25% calculado sobre o lucro líquido anual ajustado de acordo com a Legislação Societária.

Em 31 de dezembro de 2020 os dividendos foram calculados conforme segue:

	2020	2019
Lucro líquido do exercício	155.462	195.839
Lucros/(Prejuízo) acumulados períodos anteriores	<u>-</u>	<u>(181.894)</u>
Resultado do período	155.462	13.945
(-) Reserva legal (5%)	(7.773)	(697)
(-) Incentivo IR red. 75%	<u>(35.904)</u>	<u>(8.632)</u>
Base de cálculo para cálculo dos dividendos	<u>111.785</u>	<u>4.616</u>
Dividendos propostos (25%)	<u>27.946</u>	<u>1.154</u>

23 Receita operacional líquida

	2020	2019
Venda de ouro e prata	330.670	154.771
(-) Impostos sobre vendas	<u>(4.960)</u>	<u>(2.321)</u>
Total de receita operacional líquida	<u><u>325.710</u></u>	<u><u>152.450</u></u>

A variação da receita em 2020 ocorreu pelo aumento significativo no preço do ouro e do câmbio. A produção também ficou acima em 17% quando comparado com o ano de 2019.

24 Custo e despesas operacionais

Custo das vendas	2020	2019
Materiais	(19.549)	(15.475)
Pessoal	(28.166)	(28.049)
Depreciação, amortização e exaustão	(28.541)	(11.302)
Serviços de terceiros	(30.366)	(22.451)
Outros custos	<u>(12.021)</u>	<u>(18.061)</u>
	<u>(118.643)</u>	<u>(95.338)</u>
Despesas de vendas	2020	2019
Transporte	<u>(2.152)</u>	<u>-</u>
	<u>(2.152)</u>	<u>-</u>
Despesas gerais e administrativas	2020	2019
Materiais	(118)	(95)
Pessoal	(4.226)	(4.172)
Serviços de terceiros	(4.630)	(3.856)
Outas despesas	<u>(605)</u>	<u>(484)</u>
	<u>(9.579)</u>	<u>(8.607)</u>
Total de custos e despesas operacionais	2020	2019
Materiais	(19.667)	(15.570)
Pessoal	(32.392)	(32.221)
Depreciação e amortização (a)	(28.541)	(11.302)
Serviços de terceiros	(34.996)	(26.307)
Transporte (b)	(2.152)	-
Outros custos e despesas	<u>(12.626)</u>	<u>(18.545)</u>
	<u>(130.374)</u>	<u>(103.945)</u>

(a) Reversão total do impairment ocorrido em 2019 elevou o custo de depreciação/exaustão em 2020, conforme explicado na nota explicativa 14 (a) Reversão do impairment.

(b) Em 2020 houve a mudança de cliente e a companhia passou a ser responsável pela despesa com frete. Em 2019 o frete era por conta do cliente.

25 Outras receitas e despesas

	2020	2019
Venda de sucata	19	348
Reversão do valor recuperável sobre os ativos (a)	-	153.893
Reversão de processos judiciais	1.434	1.099
Reversão de perdas de materiais	123	7
Outras receitas operacionais (c)	<u>7.406</u>	<u>6.540</u>
Outras receitas	<u>8.982</u>	<u>161.887</u>
Provisão para perdas em processos judiciais	(678)	(1.595)
Perda com processos judiciais	(1.611)	(840)
Perda na Venda Itens de Imobilizado	(743)	(374)
Perda na baixa de inventário do imobilizado (b)	(2.485)	-
Provisão para perdas materiais	(81)	(691)
Despesa Tributária	(71)	(12)
Gastos relacionados com a COVID-19	(2.760)	-
Outras despesas Operacionais	<u>(1.846)</u>	<u>(220)</u>
Outras despesas	<u>(10.275)</u>	<u>(3.732)</u>
Outras receitas e despesas	<u>1.293</u>	<u>158.155</u>

- (a) Este ganho está relacionado à reversão do impairment de ativos em NX Gold, conforme explicado na nota explicativa 14.
- (b) Esta despesa refere-se as baixas dos imobilizados registrados em dezembro após laudo emitido pela empresa contratada.
- (c) O grupo de recuperação de despesa é formado pelas seguintes naturezas:

Abertura do grupo outras receitas operacionais	2020	2019
Créditos PIS/ Cofins (i)	6.873	4.539
Créditos INSS	-	274
Outros	<u>533</u>	<u>1.727</u>
Total	<u>7.406</u>	<u>6.540</u>

- (i) A Companhia procedeu com o levantamento de créditos extemporâneos de PIS/COFINS períodos 2016 a 2020 referentes a contratação de serviços relacionados a atividade fim da Companhia, conforme explicado na nota explicativa 11.a.

26 Receitas e despesas financeiras

	2020	2019
Lucros de investimentos financeiros	606	77
Variação cambial na importação e outros	81	10
Receita de <i>hedge</i> cambial	11.071	191
Outras receitas	132	517
 Total das receitas financeiras	 11.890	 795
 Juros sobre empréstimos e financiamentos	 (976)	 (210)
Despesas de <i>hedge</i> cambial	(24.253)	(497)
Variação cambial sobre importação e outros itens	(148)	(5)
Variação monetária ARO	(1.368)	(4.015)
Comissão conta garantida	(1.021)	(177)
Despesas com juros sobre arrendamento	(460)	(494)
Outras despesas	(322)	(521)
 Total das despesas financeiras	 (28.548)	 (5.919)
 Despesas financeiras líquidas	 (16.658)	 (5.124)

O resultado com instrumentos financeiros derivativos demonstra todas as operações dessa natureza realizadas durante o exercício, incluindo ajustes de marcação a mercado (MTM) de operações não liquidadas.

27 Transações com partes relacionadas

A Companhia considera como partes relacionadas os acionistas, empresas relacionadas, diretores e administradores e suas famílias.

a. Transações e saldos

Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não possuía saldos em aberto na data-base das demonstrações financeiras. Em 2019 havia saldo proveniente, basicamente, de transações com a empresa ligada Mineração Caraíba S.A., conforme segue:

	2020	2019
Ativo não circulante		
Contas a receber com MINERAÇÃO CARAÍBA S.A. (a)	-	7.572

(a) Refere-se ao saldo a receber de empréstimos concedidos à coligada MINERAÇÃO CARAÍBA S.A. para giro do capital circulante.

a. Remuneração dos administradores

Não houve remuneração para conselheiros e diretores durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019. A remuneração, bem como outros benefícios concedidos, é paga pela coligada Mineração Caraíba S.A., uma vez que a administração é comum a ambas as Companhias.

28 Imposto de renda e contribuição social

a. Despesa de imposto de renda

Composição da despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício

	2020	2019
IR e CS Corrente	(23.495)	(7.867)
IR e CS Diferidos	<u>1.572</u>	<u>2.170</u>
	<u>(21.923)</u>	<u>(5.697)</u>

b. Conciliação da taxa efetiva

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Resultado antes de impostos	177.385	201.536
Alíquota fiscal combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto calculado pela alíquota fiscal combinada	<u>(60.311)</u>	<u>(68.522)</u>
Adições permanentes		
Eventos	(94)	(74)
Brindes e doações	(51)	(25)
Multas e taxas	(29)	(4)
Outras adições	<u>(3)</u>	<u>-</u>
	(177)	(103)
Exclusões permanentes		
Incentivos fiscais	39.490	11.884
IR diferido constituído de anos anteriores	<u>(925)</u>	<u>51.044</u>
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(21.923)	(5.697)
Alíquota efetiva	12%	3%

c. Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que for provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

A Companhia possui o benefício SUDAM que reduz o percentual do imposto de renda em 75%. Assim, para determinação dos tributos diferidos, a alíquota do IRPJ passa a ser de 6,25%.

(i) Composição de imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores de compensação são os seguintes:

	2020	2019
Ativo de imposto diferido	7.256	2.927
Passivo de imposto diferido	<u>(3.514)</u>	<u>(757)</u>
Imposto diferido, líquido	<u>3.742</u>	<u>2.170</u>

Os saldos de ativos e passivos diferidos apresentam-se como segue:

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Empresa.

	2020	2019
Ativo		
Provisão bonus	842	926
Depr. Bens arrendados	1.896	860
ARO Correção Monetária	1.043	835
Demais diferenças temporárias	<u>3.475</u>	<u>306</u>
	7.256	2.927
Passivo		
Diferença temporária receita variação Cambial competência	(1.731)	(30)
Pagamento arrendamento Mercantil IRFS 16	<u>(1.783)</u>	<u>(727)</u>
	(3.514)	(757)
 Imposto de renda e contribuição social diferido ativo, líquido	 <u>3.742</u>	 <u>2.170</u>

(ii) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos

A movimentação no resultado dos impostos diferidos é a seguinte:

	2020	2019
Com efeitos no resultado		
Provisão bonus	(84)	926
Depr. Bens arrendados	1.035	860
ARO Correção Monetária	208	835
Diferença temporária Receita Variação Cambial Competência	(1.729)	(2)
Pagamento Parcela arrendamento Mercantil	(1.056)	(726)
Demais diferenças temporárias	<u>3.198</u>	<u>277</u>
Total dos efeitos no resultado	<u>(1.572)</u>	<u>2.170</u>

d. Incertezas tributárias

A administração avaliou os principais tratamentos fiscais adotados pela Companhia nos períodos em aberto sujeitos a questionamento pelas autoridades tributárias e concluiu que não há impacto significativo a ser registrado nas demonstrações financeiras.

29 Lucro por ação

O cálculo do resultado básico/diluído por ação foi baseado no lucro líquido do exercício alocado aos acionistas ordinários, como segue:

	2020	2019
Lucro líquido	155.462	195.839
Número de ações ordinárias (Nota Explicativa 22)	<u>2.005.715.350</u>	<u>2.005.715.350</u>
Lucro básico por ação (R\$)	<u>0,078</u>	<u>0,098</u>

30 Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros foram determinados com base em informações de mercado disponíveis e metodologias de valorização apropriadas para cada situação. Entretanto, algum julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas aqui apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes informações de mercado e/ou metodologias de avaliação poderá ter um efeito relevante no montante do valor de mercado.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

As transações financeiras existentes envolvem ativos e passivos usuais e pertinentes à sua atividade econômica, particularmente aplicações financeiras com vencimentos de curto prazo, empréstimos e financiamentos. Essas transações são apresentadas no balanço patrimonial, acrescidas das respectivas apropriações de receitas e despesas que, tendo em vista a natureza das transações e os seus períodos de vencimento, se aproximam dos valores justos, conforme segue:

		Valor contábil		Valor justo	
		2020	2019	2020	2019
Ativos financeiros	Medição				
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	104.148	23	104.148	23
Contas a receber de clientes	Custo amortizado	12.303	120	12.303	120
Investimentos	Valor Justo por meio do Resultado	<u>11</u>	<u>693</u>	<u>11</u>	<u>693</u>
Total dos ativos financeiros		<u>116.462</u>	<u>836</u>	<u>116.462</u>	<u>836</u>
Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo amortizado	12.976	13.291	12.976	13.291
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado	-	2.701	-	2.701
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	<u>4.356</u>	<u>-</u>	<u>4.356</u>	<u>-</u>
Total dos passivos financeiros		<u>17.332</u>	<u>15.992</u>	<u>17.332</u>	<u>15.992</u>

Valor contábil versus valor justo

Todas as operações envolvendo ativos e passivos de instrumentos financeiros, que não sejam instrumentos financeiros derivativos, a administração considera o valor justo como equivalente do valor contábil.

Os valores justos dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos são determinados usando técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu próprio julgamento para escolher entre os diversos métodos. As premissas são baseadas nas condições de mercado (Nível II), no final do ano.

b. Gestão de riscos financeiros

(i) Instrumentos financeiros não derivativos

A Companhia está exposta aos seguintes riscos decorrentes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve alteração na política de gestão de riscos financeiros.

Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas de um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro decorrentes do descumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia busca minimizar o risco de crédito de seus clientes com base em contratos de longo prazo com preços e prazos de pagamento preparados de comum acordo entre as partes.

Ademais, a empresa tem contatos com outros clientes em potencial que podem comprar sua produção. O mercado de ouro é um mercado de alta liquidez, e a Companhia tem muitas opções para vender sua produção. Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia possui 5% da última venda em aberto no contas a receber para pagamento, com vencimento em janeiro de 2021. Atualmente, o prazo de recebimento de seu cliente, COIMPA Industrial Ltda., é como segue:

Prazo de Recebimento – COIMPA

95%	Até 24 horas após recebimento do embarque na planta da COIMPA
5%	Dois dias após obtenção dos resultados das análises conforme previsto em contrato

No que se refere às aplicações financeiras, a Companhia busca aplicar seu caixa na melhor combinação das melhores taxas e em instituições financeiras financeiramente sólidas, reconhecidas por suas classificações de crédito.

Caixa e equivalentes de caixa

Eles são mantidos com bancos e instituições financeiras que possuem classificação entre BBB- e AAA, com base na classificação das principais agências de classificação.

Os valores contábeis dos ativos financeiros abaixo representam a exposição máxima do crédito na data do balanço:

	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa	104.148	23
Contas a receber de clientes	12.303	120
Investimentos	11	693
Total	116.462	836

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco associado às dificuldades que a Companhia poderá encontrar para cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações em seus vencimentos, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a operação normal da Companhia.

Fluxos de caixa contratuais						
	Saldo	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2020	Contábil					
Passivos financeiros não derivados						
Fornecedores	12.976	12.976	12.976	-	-	-
	12.976	12.976	12.976	-	-	-

Fluxos de caixa contratuais						
	Saldo	Total de Fluxos de Caixa Contratuais (Esperados)	1-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos
31 de dezembro de 2019	Contábil					
Passivos financeiros não derivados						
Empréstimos e financiamentos	2.701	2.836	2.836	-	-	-
Fornecedores	13.291	13.291	13.291	-	-	-
	15.992	16.127	16.127	-	-	-

Riscos de mercado

Risco de mercado é o risco de que mudanças nos preços de mercado - tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de commodities - afetem os lucros da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado. Todas essas operações são conduzidas dentro das diretrizes estabelecidas pela Administração.

Risco de variação cambial

Como parte de sua atividade a Companhia incorre em riscos cambiais relacionados à venda de seus produtos que são cotados em dólares nortes-americanos e ao ajuste das operações de empréstimos e financiamentos que também são indexados à variação cambial. Com o objetivo de minimizar os descasamentos de moedas, a Companhia monitora suas projeções de fluxo de caixa considerando as expectativas de vendas futuras indexadas à variação do dólar norte-americano em relação à necessidade de caixa para liquidar os financiamentos existentes.

Análise de sensibilidade

Em 31 de dezembro de 2020, a empresa possui somente estoque de ouro no montante de R\$ 5.523 que tem sua precificação atrelada ao dólar americano. A administração considera que variações possíveis e prováveis de 10% a 20%, respectivamente na taxa cambial, não representa alterações significativas nos resultados e patrimônio líquido da Companhia.

Risco de taxa de juro

A Companhia não possui operações pós-fixadas atreladas à variação do CDI sobre os financiamentos e as operações de swap em 31 de dezembro de 2020. A Administração adota uma política de garantir que parte de sua exposição a mudanças na taxa de juros sobre empréstimos seja reduzida a partir da composição de outras fontes de captação com taxas pré-fixadas.

Na data das demonstrações financeiras, os instrumentos financeiros da Companhia foram pagos por seus próprios juros, como segue:

Passivos financeiros expostos à taxa de juros	2020	2019
Prefixado	-	<u>2.701</u>
	<u>-</u>	<u>2.701</u>

A exposição da Empresa ao Risco CDI em 31 de dezembro de 2019 era equivalente a 64,66% de seu endividamento total. Considerando que não há valores de exposição ao CDI atualmente no balanço, o risco de taxa de juro é 0%.

(ii) ***Instrumentos financeiros derivativos***

As operações de derivativos têm como objetivo proteger-se contra as variações nos preços das commodities, moedas estrangeiras e taxas de juros. Todos os instrumentos financeiros derivativos foram designados como hedge econômico, ou seja, sem aplicação de hedge contábil. Em 31 de dezembro de 2020, não foram contratadas operações de hedge de risco de commodities, utilizando operações de swap como hedge de riscos cambiais e de juros.

Valorização de mercado de instrumentos financeiros derivativos

A Companhia manteve operações de NDF utilizadas como hedge de risco cambial vinculado ao dólar atrelado ao preço de venda. A metodologia de marcação a mercado envolve parâmetros totalmente verificáveis retirados dos mercados futuros da BM&F.

31 Seguro

A Companhia possui cobertura de seguros, através de apólice com diferentes cláusulas de cobertura para diferentes riscos, bem como apólice de seguro separada para equipamentos, que oferece cobertura para perda ou reparo dos equipamentos. Os contratos de seguro são realizados pela sua controladora e englobam os seguros da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2020, os principais ativos, passivos e outros riscos cobertos por seguros e os valores são os seguintes:

	<u>Valor segurado (Em reais)</u>	
	2020	2019
Riscos Nomeados - Matriz, Oxidado e Surubim	R\$ 600.000	R\$ 600.000
Responsabilidade civil dos administradores (D&O)	R\$ 20.000	R\$ 20.000
Responsabilidade Civil Geral	R\$ 20.000	R\$ 100.768
Responsabilidade Civil Geral - 1º e 2º Risco	-	R\$ 97.200

* * *

Eduardo De Come
Diretor Executivo Financeiro

Wagner Oliveira Pinheiro
Contador CRC RJ 111105/O-5